

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2016

(Do Sr. Alexandre Baldy)

Solicita informações relativas a radares meteorológicos de auxílio à navegação aérea.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Exmo. Senhor **Ministro de Estado da Defesa** e ao Exmo. Senhor **Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil**, o seguinte pedido de informações:

Considerando que Parlamento tem um papel essencial na fiscalização e avaliação de políticas e ações governamentais;

Considerando que é competência constitucional da União explorar a navegação aérea e a infraestrutura aeroportuária;

Considerando que os auxílios à navegação aérea são essenciais para a segurança do transporte aéreo de pessoas e cargas;

Considerando as restrições orçamentárias que afetam o cumprimento de atividades várias do governo federal;

Considerando que o Ministério da Defesa é uma das unidades governamentais afetadas com o contingenciamento de verbas;

Considerando que o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB é conduzido pelo Comando da Aeronáutica, vinculado ao Ministério da Defesa;

Considerando que se veicula notícia segunda a qual cinco radares meteorológicos - localizados em Minas Gerais, no Espírito Santo,

no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal – teriam sido desativados por força de restrições orçamentárias.

Pergunta-se:

1. É verídica a informação, veiculada pela imprensa, de que cinco radares meteorológicos tiveram suas operações suspensas? Em que data isso ocorreu e qual a localização deles? Qual o critério empregado na escolha?

2. A suspensão, caso tenha ocorrido, deveu-se a restrição orçamentária? Qual a dotação prevista para a operação dos equipamentos de auxílio à navegação aérea, em 2014, 2015 e 2016? Quanto já foi executado em 2016? Quanto é objeto de contingenciamento, em 2016?

3. Qual a repercussão, na qualidade e abrangência das informações geradas pelo SISCEAB, da suspensão, caso ela tenha ocorrido? Quais os agentes, usuários do sistema, mais afetados?

4. Quais as providências já tomadas para mitigar o problema, caso ele realmente exista?

5. Existem registros de comunicação oficial de pilotos que, em 2016, digam respeito a alguma precariedade, momentânea ou crônica, do sistema? Quais os mais frequentes?

6. A Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC foi comunicada da eventual suspensão? Houve pronunciamento da ANAC a respeito?

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado **Alexandre Baldy**